



COMPREENDER
AS POLÍTICAS
DA UNIÃO
EUROPEIA

Ambiente

Um ambiente
saudável
e sustentável
para as gerações
atuais
e vindouras

A proteção do ambiente e a
manutenção da competitividade
devem avançar lado a lado



COMPREENDER AS POLÍTICAS DA UNIÃO EUROPEIA

A presente publicação faz parte de uma coleção que descreve a ação da União Europeia em vários domínios, as razões da sua intervenção e os resultados obtidos.

A coleção está disponível em linha:

http://europa.eu/pol/index_pt.htm

<http://europa.eu/!JF89wH>

Como funciona a União Europeia

A Europa em 12 lições

«Europa 2020»: a estratégia europeia de crescimento

Os pais fundadores da União Europeia

Ação climática

Agenda digital

Agricultura

Ajuda humanitária e proteção civil

Alargamento

Alfândegas

Ambiente ✕

Assuntos marítimos e pescas

Bancos e finanças

Fronteiras e segurança

Comércio

Concorrência

Consumidores

Cooperação internacional e desenvolvimento

Cultura e audiovisual

Educação, formação, juventude e desporto

Emprego e assuntos sociais

Empresas

Energia

Fiscalidade

Investigação e inovação

Justiça, direitos fundamentais e igualdade

Luta contra a fraude

Mercado interno

Migração e asilo

Orçamento

Política externa e de segurança

Política regional

Saúde pública

Segurança alimentar

Transportes

União Económica e Monetária e o euro

ÍNDICE

Por que é necessária uma política do ambiente 3

Como é elaborada a política ambiental europeia 5

O que faz a UE 8

Próximas etapas 14

Mais informações 16

Compreender as políticas da União Europeia: Ambiente

Comissão Europeia

Direção-Geral da Comunicação

Informação dos cidadãos

1049 Bruxelas

BÉLGICA

Manuscrito atualizado em novembro de 2014

Capa e imagem da página 2: © Jupiter Images

16 p. — 21 × 29,7 cm

ISBN 978-92-79-42647-6

doi:10.2775/91835

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2015

© União Europeia, 2015

Reprodução autorizada. As fotografias só podem ser utilizadas ou reproduzidas separadamente mediante a autorização prévia dos titulares dos direitos de autor.

Por que é necessária uma política do ambiente

Pela sua própria natureza, o ambiente transcende as fronteiras criadas pelo Homem, sejam elas políticas, jurídicas ou outras. Por conseguinte, a cooperação entre os países da União Europeia e entre esta e o resto do mundo é essencial para vencer determinados desafios que têm um impacto em todos nós, desde secas e inundações à poluição e outras ameaças à grande biodiversidade da Europa.

O objetivo subjacente é melhorar a qualidade do ambiente, proteger a saúde humana, assegurar uma utilização prudente e racional dos recursos naturais e promover a adoção de medidas a nível internacional para dar resposta a problemas ambientais mundiais ou regionais. Uma estratégia ambiental coordenada a nível da UE cria sinergias e garante a coerência entre as políticas europeias. Além disso, dada a importância de que se reveste a legislação ambiental em muitos setores empresariais, assegura condições equitativas para as respetivas atividades e previne obstáculos

O nosso impacto atual no ambiente é determinante para o mundo em que viverão as gerações futuras.



© iStockphoto.com/eva_serrabassa

suscetíveis de comprometer o funcionamento do mercado interno.

Muitas pessoas encaram o ambiente como um dado adquirido, mas a pressão exercida sobre os recursos limitados da Terra tem vindo a aumentar a um ritmo sem precedentes. É necessário envia esforços para aumentar a sensibilização do público, utilizar os recursos de forma mais eficiente e erradicar comportamentos inúteis e prejudiciais. Caso contrário, as futuras gerações ficarão privadas de um legado a que têm direito. Isto implica uma ação coletiva por parte da UE, dos governos nacionais, regionais e locais, das empresas, das ONG e dos cidadãos.

Crescente pressão da procura

O nosso comportamento exerce grandes pressões sobre o planeta. Ao longo do século XX, registou-se um aumento sem precedentes na utilização de combustíveis fósseis e na extração de recursos materiais (respetivamente, 12 e 34 vezes mais). Até 2050, a procura de alimentos para consumo humano e animal e de fibras poderá aumentar 70%. Se continuarmos a utilizar os recursos naturais ao ritmo atual, serão necessários mais de dois planetas para garantir a nossa subsistência.

Uma estratégia dinâmica

Os principais desafios ambientais com que a Europa se defronta evoluíram desde o início da política ambiental europeia. Nos anos 70 e 80, deu-se especial atenção a questões ambientais tradicionais, como a proteção das espécies e a melhoria da qualidade do ar e da água através da redução das emissões poluentes. Atualmente, a ênfase é colocada numa abordagem mais sistemática, que tem em conta as relações entre as várias questões e a sua dimensão mundial. Assistiu-se, assim, a uma mudança de atitude: em vez de agir para remediar a situação passou-se a agir para prevenir a degradação ambiental.

Esta abordagem implica que sejam tidas em conta as consequências ambientais de decisões políticas e de financiamento tomadas no âmbito de outras áreas, como a agricultura, a energia, os transportes, as pescas, o desenvolvimento regional, a investigação, a inovação

e a ajuda externa. Só assim se poderá assegurar uma abordagem mais coerente dos desafios ambientais e maximizar as sinergias.

Após mais de quatro décadas de políticas da UE, grande parte das questões ambientais são reguladas por uma série de atos legislativos europeus. Todavia, a aplicação das políticas continua a ser problemática. Trata-se de um desafio fundamental a que é necessário fazer face para que as vantagens desta legislação sejam sentidas por todos e que é especificamente abordado no quadro do novo programa de ação da UE em matéria de ambiente (ver o capítulo «Próximas etapas»).

Harmonizar ambiente e economia

Em resumo, hoje em dia, as considerações de ordem ambiental e de ordem económica são complementares, tal como as duas faces de uma mesma moeda. Tornar a economia mais verde reduz os custos ambientais graças a uma utilização mais eficiente dos recursos. Em contrapartida, o desenvolvimento de novas tecnologias e técnicas mais ecológicas cria emprego, estimula a economia e reforça a competitividade da indústria europeia.

A Comissão Europeia está a dar o exemplo com a Estratégia Europa 2020, a estratégia de crescimento da UE para a próxima década, que consagra a utilização eficiente dos nossos recursos naturais finitos como uma das suas sete iniciativas emblemáticas. A política ambiental pode contribuir para a realização dos objetivos globais da estratégia que apontam para a transição para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, que irá transformar a Europa numa economia assente no conhecimento que utiliza os recursos de forma eficiente.

Atualmente, as considerações ambientais e económicas são duas faces da mesma moeda.



A título de exemplo, o reforço da resiliência dos ecossistemas, que fornecem, nomeadamente, alimentos, água doce e matérias-primas, contribui para a produtividade e a qualidade de vida, reduzindo, simultaneamente as despesas com a saúde pública.

Colaboração transfronteiras

Os problemas ambientais não param nas fronteiras da Europa: o ar, a água, o mar e a vida selvagem não conhecem limites. Quanto mais a UE incentivar os países vizinhos — e, idealmente, o resto do mundo — a adotarem as suas normas elevadas, tanto melhor será a qualidade do nosso próprio ambiente.

A UE opera em estreita colaboração com os seus países vizinhos para os levar a seguir o seu exemplo, desempenhando um papel ativo nas negociações internacionais sobre o desenvolvimento sustentável, a biodiversidade e as alterações climáticas. A UE tem como objetivo a mais longo prazo garantir a sustentabilidade ambiental, o que também é um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas.

Apoio dos cidadãos

As medidas da UE destinadas a melhorar o ambiente contam com um forte apoio por parte dos cidadãos. De acordo com uma sondagem de opinião realizada em meados de 2014 à escala europeia, mais de 95% dos inquiridos considera que a proteção do ambiente é uma preocupação pessoal importante. Quase três quartos consideram que a proteção do ambiente pode promover o crescimento económico e mais de três quartos consideram que é necessária legislação a nível europeu para proteger o ambiente no seu próprio país. As preocupações ambientais mais evocadas foram a poluição do ar e da água, a produção de resíduos e o esgotamento dos recursos naturais.

Como é elaborada a política ambiental europeia

Cumprimento da legislação

Desde a década de setenta, a UE adotou mais de 200 atos legislativos para proteger o ambiente. Mas a legislação por si só de pouco vale se não for devidamente aplicada e respeitada. Assim, atualmente, o desafio é executar eficazmente o que foi decidido. Trata-se de um objetivo complexo, já que as múltiplas tarefas que tal implica são da responsabilidade de diferentes grupos, desde inspetores e tribunais nacionais a ONG e cidadãos no exercício do seu direito de participação.

A não aplicação da legislação tem muitas consequências negativas: pode comprometer objetivos ambientais fundamentais, pôr em risco a saúde humana e levar a uma aplicação heterogénea das normas europeias, criando um contexto regulamentar inseguro para as empresas. Em contrapartida, a aplicação correta da legislação pode gerar benefícios financeiros. Por exemplo, se a legislação europeia em matéria de resíduos for plenamente aplicada, poderá criar 400 000 postos de trabalho e reduzir os custos líquidos anuais em 72 mil milhões de euros.

A Comissão Europeia pode, através do Tribunal de Justiça da União Europeia, agir judicialmente contra os países que não aplicarem a legislação corretamente. Estes processos de infração — a maioria dos quais diz respeito ao ambiente — são incómodos para os governos e podem, em última análise, levar à imposição de multas por incumprimento repetido da regulamentação europeia.

Mas uma ação judicial é sempre o último recurso. Para a Comissão Europeia, é mais importante ajudar os países a aplicar efetivamente a legislação, nomeadamente através do reforço das capacidades e do apoio financeiro, assim como da disponibilização de conhecimentos aprofundados sobre o estado do ambiente e de informações sobre a forma como outros países cumprem os seus compromissos na prática. A Comissão recomendou igualmente que cada país criasse um organismo independente nacional, como, por exemplo, um provedor de justiça, para tratar as queixas dos cidadãos relacionadas com o ambiente.

Recorrer ao mercado

O mercado é uma forma rentável de proteger e melhorar o ambiente e aliviar a pressão sobre recursos escassos. Os impostos e os subsídios podem ser utilizados como medidas de incentivo ou de dissuasão para convencer as empresas e os consumidores a escolher métodos de fabrico e produtos mais ecológicos. É o caso, por exemplo, das taxas aplicáveis ao abate de árvores ou à eliminação dos resíduos. A Comissão Europeia gostaria de assistir à eliminação progressiva dos subsídios que incentivam produtos e processos que utilizam poluentes ou que consomem muita energia, atribuídos nos setores industrial, agrícola, energético e dos transportes.

As políticas adotadas devem assentar em dados fiáveis que permitam compreender as causas e consequências das alterações ambientais e delinear respostas e estratégias adequadas. Os dados que servem de base à definição da política ambiental europeia provêm, em grande parte, de fontes nacionais, sendo posteriormente complementados por conjuntos de dados pan-europeus e analisados pela Agência Europeia do Ambiente.

A UE lançou vários programas para incentivar a elaboração de dados fiáveis e precisos e assegurar a sua divulgação alargada. O programa Copernicus, por exemplo, fornece dados procedentes de satélites de observação da Terra e informações que combinam dados espaciais com dados de estações de monitorização terrestre, marítima e aérea. O objetivo é produzir uma vasta gama de conjuntos de dados, que ajudem a definir a política em matéria de ambiente e apoiem a respetiva execução.

A Agência Europeia do Ambiente

A Agência Europeia do Ambiente (AEA) recolhe dados nacionais com o objetivo de produzir conjuntos de dados à escala europeia. Desenvolve e atualiza indicadores e publica relatórios sobre o estado do ambiente. Tem sede em Copenhaga e iniciou funções em 1994.

A agência tem como mandato ajudar a UE e os Estados-Membros a tomarem decisões com conhecimento de causa para melhorar o ambiente e a integrarem considerações de ordem ambiental nas suas políticas económicas, tendo em vista assegurar a sustentabilidade, bem como coordenar a Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente.

Incentivar a ecoinovação

Por ecoinovação, entende-se qualquer forma de inovação que tenha, ou vise ter, como resultado progressos demonstráveis e significativos na consecução do objetivo de um desenvolvimento sustentável, através da redução dos impactos sobre o ambiente, de uma acrescida resiliência às pressões ambientais ou de uma utilização mais responsável e eficaz dos recursos naturais.



Tanto os impostos como os subsídios podem funcionar como incentivos para convencer empresas e consumidores a tomarem-se mais respeitadores do ambiente.

Sensibilização para as questões ambientais

A Comissão Europeia promove de diversas formas a sensibilização dos cidadãos para o ambiente, algumas das quais bastante criativas, como é o caso da realização anual da «Semana Verde» em Bruxelas, no contexto da qual milhares de participantes debatem ao longo de quatro dias uma questão ambiental importante, como a biodiversidade ou a água.

A realização de concursos e a atribuição de prémios são outra forma de sensibilização eficaz da opinião pública. O prémio «Capital Verde da Europa» contribui para dar a conhecer aos cidadãos os esforços e as iniciativas cheias de imaginação de algumas cidades da Europa no domínio ambiental. A concorrência por esta distinção intensifica-se de ano para ano. São atribuídos ainda outros prémios que reconhecem o contributo de empresas, autoridades públicas e projetos individuais para o ambiente.

As Capitais Verdes da Europa

Para obter este galardão, uma cidade tem de apresentar um historial consistente de observância de normas ambientais elevadas, demonstrar que está empenhada no desenvolvimento sustentável e servir de modelo a outras cidades.

Cidades vencedoras:

- 2010: Estocolmo
- 2011: Hamburgo
- 2012: Vitoria-Gasteiz
- 2013: Nantes
- 2014: Copenhaga
- 2015: Bristol
- 2016: Liubliana

www.europeangreencapital.eu

Encorajar a inovação

As tecnologias ambientais já constituem uma parte importante da economia europeia. No entanto, com exceção do setor das energias renováveis, a ecoinovação tem penetrado lentamente nos mercados. Esta lentidão explica-se, nomeadamente, pelo facto de os preços do mercado não refletirem adequadamente os custos e os benefícios ambientais, pela rigidez das estruturas económicas e pela existência de incentivos e subsídios que contribuem para manter práticas geradoras de desperdício.

O Plano de Ação da UE para a Ecoinovação salienta os fatores específicos que incentivam a ecoinovação e os obstáculos à sua aceitação. Está disponível apoio ao financiamento da investigação, da inovação e das empresas inovadoras neste domínio. Para fomentar uma maior aceitação das tecnologias verdes, a UE promove a contratação pública ecológica, o cálculo do custo dos produtos ao longo do seu ciclo de vida e a rotulagem ecológica.



O que faz a UE

Os recursos naturais são necessários para que a economia possa funcionar. Mas os tempos em que abundavam as matérias-primas pouco dispendiosas — um fator determinante dos principais progressos económicos realizados nos últimos dois séculos — acabaram.

O crescimento da população e a subida do nível de vida estão a levar ao aumento da procura e dos preços e a tornar cada vez mais escassos recursos naturais de que dependemos, como os metais, os minerais e os alimentos. Todos os dias, há mais 200 000 pessoas na Terra. Prevê-se que nos países em desenvolvimento, até ao final da próxima década, mais de 2 mil milhões de pessoas ascendam à classe média, adotando os padrões de consumo elevados que a caracterizam.

A procura e a oferta evoluem cada vez mais em direções opostas. Se continuarmos a utilizar os recursos ao ritmo atual, em 2050, a humanidade precisará do equivalente a mais de dois planetas para satisfazer as suas necessidades e as aspirações de milhões de pessoas a uma melhor qualidade de vida serão goradas.

A reciclagem reduz a pressão sobre as matérias-primas primárias.



Utilização eficiente dos recursos

Para fazer face a estes desafios, a Comissão Europeia fez da utilização eficiente dos recursos uma das iniciativas emblemáticas da sua «Estratégia 2020». É fundamental produzir mais com menos, utilizar os recursos de uma forma sustentável e geri-los mais eficazmente ao longo do seu ciclo de vida. Para o conseguir, é indispensável inovar, alterar os padrões de produção e de consumo, disponibilizar incentivos e fornecer sinais de preços adequados.

Em finais de 2011, os países da UE subscreveram o Roteiro para uma Europa eficiente na utilização dos recursos, que evidencia a necessidade de uma mudança radical a nível dos comportamentos económicos, políticos e individuais. O Roteiro prevê metas em vários domínios políticos a atingir nos próximos 40 anos, tendo em vista chegar a uma economia europeia que proporcione um nível de vida elevado com um impacto muito reduzido no ambiente.



A rede Natura 2000, que cobre quase 18% do território da União Europeia, protege as espécies e os habitats no seu meio natural.

A necessidade de utilizar de forma mais eficiente recursos limitados deve ser integrada em todas as políticas europeias. No outono de 2011, a Comissão Europeia lançou uma campanha de informação pública para incentivar as pessoas a mudar os seus comportamentos. Para conduzir o processo, criou um grupo de alto nível constituído por responsáveis políticos, industriais e especialistas com competências ambientais e económicas alargadas, que apresentou um conjunto de recomendações na primavera de 2014.

Utilização eficiente dos recursos

A utilização eficiente dos recursos tem por objetivo dissociar crescimento económico e utilização dos recursos. O objetivo é que a economia consiga fazer mais com menos utilizando os recursos de forma sustentável e reduzindo ao mínimo o seu impacto no ambiente.



Os ecossistemas saudáveis são fundamentais para a biodiversidade da Europa.

Biodiversidade

Uma rede bem gerida, como a rede Natura 2000, pode dar um grande contributo para os objetivos mais gerais da UE no domínio ambiental. Um desses objetivos é sustentar e inverter a perda de biodiversidade — termo utilizado para sublinhar a riqueza do mundo natural com todas as suas espécies e variedade genética — e de ecossistemas até 2020.

Para além da importância que lhes está inerente, estes fatores estão na origem de fluxos vitais de bens, como os alimentos, os combustíveis, as fibras e os medicamentos, e prestam alguns serviços essenciais, como a regulação do clima, a prevenção de inundações, a purificação das águas, a polinização e a formação dos solos. Todos estes aspetos são necessários à prosperidade económica, à segurança, à saúde e à qualidade de vida.

Em 2011, apenas alguns meses após a adoção de uma agenda ambiciosa à escala mundial em Nagoia, a UE adotou uma estratégia atualizada em matéria de biodiversidade, cujo principal objetivo é travar, até 2020, a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas na Europa, restaurando-os na medida do possível e reforçando o contributo europeu para a redução da perda de biodiversidade a nível mundial.

Áreas protegidas

Tendo em conta que a natureza não conhece fronteiras nacionais, a UE adotou legislação importante em matéria de proteção da natureza e criou a rede Natura 2000, uma rede ecológica pan-europeia de zonas especiais para proteger habitats e espécies no seu meio natural. Trata-se da maior rede do mundo deste tipo, que, agora que está praticamente concluída, conta com mais de 26 000 sítios e abarca quase 18% do território da UE, ou seja, uma área equivalente aos territórios da Alemanha, Polónia e República Checa juntos.

As primeiras iniciativas no sentido da criação desta rede datam de 1979, quando a UE adotou o seu primeiro grande ato legislativo em matéria de conservação da natureza, a diretiva «Aves», que protege todas as aves selvagens (cerca de 500 espécies) e obriga os países da UE a identificar e proteger sítios particularmente importantes.

Seguiu-se a adoção da diretiva «Habitats», que obriga os países da UE a proteger espécies ameaçadas de plantas e animais e os respetivos habitats. Atualmente, a diretiva aplica-se a cerca de 1500 espécies raras e ameaçadas de plantas e animais e a aproximadamente 230 tipos de

habitats importantes, como prados, charnecas e sapais, que servem de base aos ecossistemas.

A rede Natura 2000 reconhece que os seres humanos fazem parte integrante da natureza e que os dois funcionam melhor em parceria. O objetivo não é excluir as atividades económicas, mas sim impor-lhes certos limites de molde a proteger espécies e habitats valiosos. O financiamento da rede Natura 2000 está integrado em setores políticos fundamentais da UE, dos quais o mais importante é a agricultura, especialmente na sua vertente de desenvolvimento rural com medidas agroambientais e florestais. A política de coesão desempenha um papel importante no financiamento de investimentos, especialmente nos novos Estados-Membros.

A rede Natura 2000 é composta por ecossistemas saudáveis que prestam serviços valiosos como o fornecimento de água doce, o armazenamento de carbono e a proteção contra as inundações e a erosão costeira. O valor total estimado destes serviços varia entre 200 e 300 mil milhões de euros por ano, o que é significativamente superior ao custo anual da gestão da rede (cerca de seis mil milhões de euros).

A economia europeia utiliza 16 toneladas de materiais por pessoa por ano, das quais seis toneladas acabam sob a forma de resíduos.



Outros resultados importantes alcançados pela UE

Para além dos domínios da eficiência dos recursos e da proteção da biodiversidade, que constituem duas áreas políticas transversais, a UE é muito ativa no que diz respeito a certas questões ambientais específicas.

PRODUTOS QUÍMICOS: Os produtos químicos são imprescindíveis na nossa vida quotidiana. No entanto, alguns podem ser altamente prejudiciais para a saúde humana e outros, se não forem devidamente utilizados, podem ser perigosos. Para garantir a segurança dos produtos químicos, proteger o ambiente e promover a competitividade de um dos principais setores industriais da Europa, a UE adotou a legislação em matéria de produtos químicos mais avançada do mundo, o denominado Regulamento REACH (do inglês *Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals* — registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas).

Todas as substâncias químicas fabricadas ou importadas para a UE devem ser registadas na Agência Europeia dos Produtos Químicos, com sede em Helsínquia. Até 2018, todos os produtos químicos utilizados na Europa terão de satisfazer esse requisito. Caso contrário, não poderão ser vendidos na UE. Os produtos mais perigosos estão sujeitos a regras especialmente rigorosas.

As empresas são responsáveis por avaliar e gerir os riscos eventualmente associados aos produtos químicos que utilizam ou vendem na UE, bem como por dar conselhos de segurança aos consumidores sobre a forma de lidar com as substâncias em questão.

RESÍDUOS: A economia europeia utiliza 16 toneladas de materiais por pessoa e por ano, seis das quais acabam sob a forma de resíduos, metade dos quais, por sua vez, são depositados em aterros. Sempre que não seja possível evitar a produção de resíduos, a Comissão Europeia defende a sua reutilização, reciclagem e valorização, transformando-os, assim, num recurso valioso. A criação de impostos sobre a deposição em aterro e de outras taxas incidindo, por exemplo, na quantidade de resíduos produzidos e não reaproveitados («*pay as you throw*») pode contribuir para alcançar este objetivo. Alguns Estados-Membros já conseguiram atingir taxas de reciclagem superiores a 80%, tendo eliminado praticamente os aterros. Outros têm ainda um longo caminho a percorrer nesta área.

Existe também legislação específica, por exemplo, aplicável aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, embalagens, pilhas e acumuladores usados e veículos em fim de vida, que contribui para uma utilização eficiente dos recursos.

AR: Ao longo dos últimos vinte anos, a UE conseguiu reduzir eficazmente os níveis de uma série de poluentes. As emissões de chumbo, por exemplo, diminuíram cerca de 90%. Apesar dos progressos alcançados, a poluição atmosférica, que é uma das principais preocupações ambientais dos europeus, continua a ser a causa de um elevado número anual de mortes prematuras. A UE tem ainda algum caminho a percorrer para alcançar o seu objetivo de garantir níveis de qualidade do ar que não tenham efeitos negativos nem constituam um risco significativo para a saúde do Homem e o ambiente.

Em 2013, tendo em conta os conhecimentos científicos mais recentes e a necessidade de ser eficaz em termos de custos, a Comissão apresentou um pacote de medidas destinadas a lutar contra a poluição atmosférica para melhorar a qualidade do ar, atualizar a legislação em vigor e reduzir as emissões prejudiciais da indústria, dos transportes, das instalações de produção de energia e da agricultura, com vista a diminuir o seu impacto na saúde humana e no ambiente.

ÁGUA: Nas últimas décadas, a UE tem adotado uma política global para garantir a qualidade da água na Europa. No início, o objetivo era responder a preocupações em matéria de saúde. Seguidamente, foram adotadas medidas destinadas a fazer face ao impacto no ambiente dos principais setores utilizadores de água, como a agricultura, a indústria e os agregados familiares.

O principal diploma legislativo da UE relativo à água, a diretiva-quadro no domínio da água, obriga a que, até 2015, todos os rios, lagos, águas costeiras e águas subterrâneas satisfaçam normas mínimas em termos de qualidade da água. Os Estados-Membros devem controlar o estado das suas águas e elaborar planos explicando como tencionam proceder à respetiva limpeza.

Outro diploma legislativo europeu, a diretiva-quadro sobre a estratégia marinha, adota uma abordagem coordenada no que respeita à gestão das atividades humanas com impacto no ambiente marinho, exigindo, nomeadamente, que sejam adotadas medidas nacionais a partir de 2015 para assegurar que o lixo marinho não prejudica o ambiente costeiro e marinho. O objetivo é garantir que, até 2020, todas as águas marinhas se encontram em bom estado.

O plano da Comissão Europeia para proteger os recursos hídricos europeus até 2020 e para além desta data deverá ajudar a UE a atingir os seus objetivos neste domínio, disponibilizando um conjunto de ferramentas destinadas a melhorar a gestão da água e facilitar a sua integração noutras áreas políticas.

Águas balneares

O relatório sobre a qualidade das águas balneares europeias dá uma imagem atualizada do estado de mais de 22 000 sítios de águas balneares costeiras e interiores nos 28 países da UE, bem como na Suíça e na Albânia.

O relatório confirma que a qualidade global das águas balneares europeias melhorou consideravelmente desde 1990. Nesse ano, 9,2% das zonas costeiras e 11,9% das zonas balneares interiores não respeitavam a legislação europeia em vigor. Em 2013, esses valores tinham diminuído, respetivamente, para 1,9% e 2,4%.

Hoje em dia os cidadãos podem facilmente verificar o estado das águas balneares. Os dados sobre as águas balneares do sistema europeu de informação sobre a água (WISE) podem ser consultados no sítio Web das águas balneares do AEA. Para mais informações sobre uma determinada secção da costa, margem de um rio ou de um lago, pode utilizar-se a aplicação Eye on Earth — Water Watch sobre a qualidade das águas na Europa (visualização em formato panorama ou mais pormenorizada).

<http://www.eea.europa.eu/themes/water/interactive/bathing/state-of-bathing-waters-1>

Graças à legislação europeia no domínio do ambiente, a qualidade geral das águas balneares da União Europeia melhorou acentuadamente nas duas últimas décadas.

RUÍDO: A poluição sonora está associada a uma série de problemas de saúde. Além disso, afeta a vida selvagem. A UE regulamenta os ruídos provenientes de uma série de fontes, incluindo veículos a motor, comboios e equipamento de exterior. De acordo com a diretiva europeia em matéria de ruído ambiente, adotada em 2002, os países da UE devem elaborar mapas dos níveis de ruído nas suas cidades, grandes eixos rodoviários e ferroviários e aeroportos civis, bem como definir planos para lutar contra esse problema.

FLORESTAS: As florestas têm vindo a diminuir a um ritmo alarmante em todo o mundo. A UE apelou a uma redução da desflorestação mundial para metade até 2020 e ao seu fim até 2030. Nesse sentido, a UE colabora com diversos países exportadores de madeira com vista a melhorar a governação florestal. A legislação da UE minimiza o risco de a madeira extraída ilegalmente ser vendida na UE.

SOLOS: Não há legislação da UE específica sobre os solos. Contudo, muitos dos problemas que afetam os solos são contemplados em medidas específicas relativas à água, aos resíduos, aos produtos químicos, à poluição industrial, à proteção da natureza e aos pesticidas. A UE tem uma estratégia que aborda especificamente todas as ameaças relativas aos solos, particularmente as associadas às práticas agrícolas e aos processos industriais. Em 2012, a Comissão Europeia definiu diretrizes que chamam a atenção para os perigos da impermeabilização dos solos (por exemplo, cobrindo-os com betão) e propõem alternativas mais sustentáveis.



Próximas etapas

Assegurar a sustentabilidade do ambiente, a preservação dos recursos naturais e a conservação dos recursos biológicos marinhos são objetivos políticos fundamentais que exigem uma intervenção a todos os níveis. É possível proteger o ambiente e, simultaneamente, manter a competitividade e a política ambiental também pode desempenhar um papel crucial na criação de postos de trabalho e no incentivo ao investimento. É necessário transformar a economia europeia para conseguir obter mais valor utilizando menos recursos e modificar os padrões de consumo. Podem contribuir para esta transformação políticas que incentivem a investigação, fomentem a penetração da ecoinovação no mercado e sensibilizem os consumidores.

O programa de ação da UE em matéria de ambiente até 2020

O programa de ação da UE em matéria de ambiente até 2020 define uma estratégia ambiental a longo prazo concebida de forma suficientemente flexível para dar resposta a inúmeros desafios e aos riscos cada vez mais sistémicos que estes comportam. O programa define uma abordagem geral em matéria de ambiente que fixa o rumo para uma economia verde e competitiva, que protegerá os recursos naturais e a saúde das gerações presentes e vindouras.

A procura de alimentos para consumo humano e animal ou de fibras pode aumentar 70% até 2050. Se continuarmos a utilizar os recursos naturais ao ritmo atual, precisaremos de mais de dois planetas para assegurar a nossa subsistência.



A UE tem uma política de ambiente bem desenvolvida, assente num quadro jurídico completo e sólido, que deve ser aplicada. A par das vantagens significativas para a saúde e o ambiente, os benefícios de uma aplicação efetiva da legislação ambiental europeia manifestam-se de três formas: criação de condições equitativas para os agentes económicos que operam no mercado interno, estímulo à inovação e promoção de vantagens decorrentes da condição das empresas europeias como pioneiras em muitos setores. Em contrapartida, os custos decorrentes da não aplicação da legislação são elevados, estimando-se que possam atingir 50 mil milhões de euros por ano, incluindo os custos associados às infrações. A Comissão recebe também numerosas queixas diretamente de cidadãos europeus, muitas das quais poderiam receber uma resposta mais adequada a nível nacional ou local. Melhorar aplicação do acervo ambiental da UE a nível dos Estados-Membros será, pois, uma prioridade nos próximos anos.

Áreas específicas

Mais do que nunca, a política do ambiente em vigor até 2020 colocará em destaque as vantagens de uma mudança para uma economia mais ecológica e circular. Trata-se do caminho mais simples para resolver um certo número de problemas de longa data, nomeadamente determinadas questões de saúde, a degradação ambiental e o desemprego e, ao mesmo tempo, conseguir um crescimento económico sustentado. A ecoconceção, a prevenção dos resíduos, a reciclagem e a reutilização podem resultar numa poupança anual líquida num valor que poderá atingir os 600 mil milhões de euros para as empresas europeias e, ao mesmo tempo, levar a uma redução significativa das emissões de gases com efeito de estufa da UE.

É hoje consensual que a melhoria do estado do ambiente não pode ser assegurada unicamente através da política ambiental e que os objetivos ambientais têm de ser integrados noutros domínios políticos. Realizar os objetivos da estratégia europeia em matéria de biodiversidade, por exemplo, e travar a perda de biodiversidade na UE até 2020 exigirão a integração da proteção da biodiversidade e dos ecossistemas nas restantes políticas europeias, em particular na política agrícola e na política das pescas. A prosperidade económica, o crescimento e o bem-estar só serão sustentáveis se gerirmos mais eficazmente o capital natural do nosso planeta, uma vez que este é essencial para muitas indústrias e setores económicos.

Desafios

É forçoso constatar que a Europa e o seu ambiente enfrentam desafios importantes à escala planetária. É o caso do crescimento da população mundial, do aumento das classes médias com taxas de consumo elevadas, do rápido crescimento económico das economias emergentes, do aumento constante da procura de energia e da intensificação da concorrência mundial pelos recursos. Apesar de não ter uma influência direta sobre a maioria destes desafios, a UE pode ajudar outros países a avançar para um desenvolvimento mais sustentável através da promoção de uma governação ambiental mais eficaz a nível mundial. Contudo, muito pode ser feito para reforçar a resiliência do ambiente europeu. A UE dispõe de recursos e tecnologias de informação inigualáveis, de novos métodos de contabilização dos recursos e de uma cultura bem enraizada de precaução e prevenção, bem como de uma sólida experiência de retificação dos danos na fonte e de aplicação do princípio do poluidor pagador. A governação ambiental pode tornar-se mais eficaz graças a um empenhamento mais generalizado na monitorização do ambiente e numa informação atualizada sobre poluentes ambientais e resíduos, utilizando os melhores dados e tecnologias disponíveis. Uma melhor aplicação das políticas em vigor contribuirá para a realização dos objetivos da UE e para assegurar a estabilidade regulamentar tão necessária às empresas.

Visão

O objetivo último é garantir que, até 2050, todos os cidadãos europeus possam viver num ambiente seguro e saudável, que seja gerido de uma forma que respeite os limites ambientais e assegure a resiliência ecológica. No programa de ação em matéria de ambiente da UE, expõe-se a seguinte visão para 2050 que pretende servir de orientação para futuras intervenções:

«Em 2050, vivemos bem, no respeito dos limites ecológicos do planeta. Somos uma sociedade próspera e usufruímos de um ambiente saudável graças a uma economia inovadora e circular em que nada se perde, os recursos naturais são geridos de forma sustentável e a biodiversidade é protegida, valorizada e restabelecida de forma a reforçar a nossa resiliência. O crescimento hipocarbónico há muito que foi dissociado da utilização dos recursos, tornando possível uma sociedade global segura e sustentável».

Mais informações

- ▶ **Panorama geral da política do ambiente:** http://ec.europa.eu/environment/index_en.htm
- ▶ **Informações sobre a Agência Europeia do Ambiente:** www.eea.europa.eu/
- ▶ **Informações sobre o registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas (REACH):**
<http://echa.europa.eu/>
- ▶ **Perguntas sobre a União Europeia? O serviço Europe Direct pode ajudá-lo:** 00 800 6 7 8 9 10 11
<http://europedirect.europa.eu>

